

PROLEGÔMENOS A UMA ANÁLISE NEOMATERIALISTA DOS DISCURSOS

Atilio Butturi Junior

Nathalia Muller Camozzato

[...] uma sociedade se define por seus amálgamas e não por suas ferramentas.

Deleuze e Guattari

RESUMO: Este texto é o esforço preliminar de propor uma análise neomaterialista do discurso de viés arqueogenealógico. Isso é feito a partir de algumas considerações acerca dos vínculos complexos entre materialidade, linguagem e discursividade e do postulado de algumas prescrições de prudência. Desse modo, o capítulo se organiza em algumas etapas: na primeira, é trazida à tona a relação entre a linguagem e as coisas, naquilo que a linguagem e as coisas têm de agência, tomada aqui no sentido amplo, como uma capacidade de produzir ações e de se associar com outros agentes – capacidade mais ou menos ativa, mas distribuída, em condições específicas, entre humanos e não-humanos. Na segunda, são inventariadas possibilidades de descrever, a partir dessa agência constitutiva, efeitos de sentido-coisa. Na terceira, são perscrutadas essas associações segundo a ordem de dispositivos de exceção e de governamentalidade biopolítica, o que equivale a pensar um dispositivo analítico voltado à questionar a distribuição desigual das inteligibilidades sobre o que vive, o que morre e, aqui, o que é capaz de agência.

1 INTRODUÇÃO

Nosso capítulo começa com alguns enunciados, alguns corpos e algumas coisas.

Então, vejamos: Foucault, em *A vontade de saber* (2009a [1976]) coloca em xeque a “hipótese repressiva” e apresenta um “sexo falante”. Para isso, lança mão de um livro de Diderot, *Jóias Indiscretas* (1987? [1748]) e de uma tecnologia de extração da verdade: um anel que, aproximado das mulheres, faria suas vaginas (as “jóias”) falarem. O livro de Diderot trata de uma espécie de transbordamento dos excessos da corte de Luís XV e de sua favorita, madame Pompadour, devidamente retratados na alteridade do Congo e de seus gênios. É nesse transbordamento que *A vontade de saber* sustenta a tese de que, sobre o sexo, há uma injunção de dizer. Notemos, porém: se há um dizer, o que se estabelece é a marca daquilo que, coisa, produz efeitos para além da linguagem.

Vamos adiante e tomemos a chamada a *monkeypox*, essa promessa de nova pandemia ainda em curso. Observemo-la segundo a rede usada por Bruno Latour (1994) na abertura de seu *Jamais Fomos Modernos* e sua reinscrição da aids. A *variola dos macacos*, assim como a aids, não poderia ser circunscrita a uma problema de discurso ou de linguagem, nem tampouco à ordem da ciência ou do político, porque se estabelece nos vértices: é um problema gendrado, porque retoma a produção de exceção voltada aos homossexuais; é um problema de distribuição dos recurso e da desigualdade, já que acomete a África desde os anos setenta sem que ninguém fale disso; é um problema antropocênico, de invasão e destruição causadas pelo homem – até encontrar as zoonoses; é um problema da biologia e da agência do próprio vírus, que tem se transformado – na Nicarágua, em 2019, passou a ser descrito em órgãos genitais – há poucas semanas, os ingleses encontraram em cachorros e em suas áreas genitais.

Terceira escolha desta introdução: o texto de Agamben (1995), *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*, e seu debate sobre a invenção da língua saussureana. O italiano define a biopolítica como uma forma de exclusão inclusiva. Se a soberania é aquilo que produz exceção, conforme a definição Carl Schmitt, ela tem como consequência a exclusão de certas vidas do ordenamento jurídico ao torná-las matáveis, ainda que incluídas em numa série de práticas, discursos e tecnologias (sobre elas estão em funcionamento leis, prisões, saberes). A invenção da língua teria o mesmo funcionamento, pois uma língua só existe na condição de excluir o referente, as coisas do mundo, desde que esse mesmo referente esteja incluído como um fantasma, uma rasura, um fracasso estrutural. Como na soberania, o funcionamento por exceção e por inclusão exclusiva¹ é o próprio da estrutura do campo de concentração e o próprio do funcionamento da língua científica.

Como sabemos desde a década de sessenta do século XX, com Pêcheux, a própria teoria do discurso é um esforço para colocar em xeque as estruturas e fazer alguma materialidade aparecer como condição de produção da linguagem. Sabemos, também, que era justamente de um apartamento em relação à língua que Foucault (2012 [1969]) partia para pensar a sua arqueologia dos discurso – e o próprio conceito de enunciado. Todavia, esses três excertos de que aqui nos valem sustentam, acreditamos, um mal-estar em relação ao que o *discurso* não consegue explicar de modo satisfatório: o anel, a vagina, o vírus, o referente perdido. Diremos, aqui: um fracasso em desfazer certo humanismo e sua diferenciação entre a linguagem e o grito, entre os homens e as coisas, entre os que têm agência e aqueles e aquelas que apenas funcionam como instrumento ou ferramenta (BUTTURI JUNIOR, 2019).

É esse nó que pretendemos, aqui, observar, como analistas do discurso – portanto, de uma topologia epistemológica específica. Na Linguística mais recente, o problema que

¹ “Chamemos relação de exceção a esta forma extrema da relação que inclui alguma coisa unicamente através da exclusão”. (AGAMBEN, 2010 [1995], p.10).

levantamos, da urgência de incluir as coisas do mundo e de reformular a relação entre humanos e não-humanos, tem recebido atenção de pelo menos três correntes, a saber: a ACD de Fairclough (2016) e seu debate como o realismo crítico; o trabalho de Pennycook (2018), desde o seu *Posthumanist Applied Linguistics*; os estudos sobre a ecologia do discurso digital de Paveau (2017). No Brasil, essa problematização ganha corpo sobretudo no trabalho de Marcelo Buzato (2019)² dedicado ao Pós-Humano.

Certamente, aqui nos valem dessas leituras anteriores, mas nosso esforço é de traçar os *prolegômenos de uma análise neomaterialista dos discursos*, tendo a arqueogenealogia como ponto de partida necessário. Nossas discussões partem do que temos feito desde Butturi Junior (2019) e o conceito de *tecnobiodiscursivo* Camozzato (2022) e o conceito de *biotecnovoz*. Ainda que suscitando algum paroxismo, nossa *intentona* se constrói em três pilares. O primeiro, de trazer à tona a relação entre a linguagem e as coisas, naquilo que a linguagem e as coisas têm de agência, tomada aqui no sentido amplo, como uma capacidade de produzir ações e de se associar com outros agentes – capacidade mais ou menos ativa, mas distribuída, em condições específicas, entre humanos e não-humanos. O segundo, de inventariar possibilidades de descrever, a partir dessa agência constitutiva, efeitos de sentido-coisa. O terceiro, de perscrutar essas associações segundo a ordem de dispositivos de exceção e de governamentalidade biopolítica, o que equivale a pensar um dispositivo analítico voltado à questionar a distribuição desigual das inteligibilidades sobre o que vive, o que morre e, aqui, o que é capaz de agência (BUTLER, 2019, 2016, 2014; CAMOZZATO, 2022; BUTTURI JUNIOR, CAMOZZATO, 2021).

Para apresentar essa proposição, na forma de prolegômenos, este capítulo está assim organizado: na seção inicial, pensamos o acontecimento materialista do discurso e seus limites em relação à exterioridade; depois, pensamos alguns “modelos” de pensamento que colocam a materialidade em foco e estabelecem condições ético-políticas para pensar associações e compósitos numa análise neomaterialista. Por fim, damos indicações gerais sobre as prescrições de prudência que elencamos no texto, numa conclusão ainda em aberto.

Voltemo-nos, pois, a essas palavras e a essas coisas: “[a] tarefa é inventar abstrações melhores” (HARAWAY, 2021).

2 A MATÉRIA OS LIMITES DA LINGUAGEM

Thomas Lemke (2016) discutiu o conceito de materialidade e os modos pelos quais ele poderia ser pensando nas problematizações éticas e políticas acerca da vida, na forma da biopolítica. Para o autor, haveria duas categorias distintas de materialismo: o primeiro,

² Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 58 n. 2 (2019): O pós-humano é agora: pós-humanismo, ação e significação. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/issue/view/1590>.

ocupado com uma leitura marxiana que dizia respeito às condições materiais de produção de uma Bioeconomia e diria respeito às estratégias dos dispositivos de governo de calcular e gerir a vida como um ativo – daí, por exemplo, os esforços da legislação da União Europeia a que o autor faz referência ou as pesquisas que se voltam para o problema do *Big Pharma* ou da distribuição desigual dos medicamentos.

Ainda que encontre lastro em Foucault, o que Lemke (2016) faz notar é que está à espreita, como uma estratégia ainda mais profícua, a assunção do *material turn*, da nova guinada materialista que, ao invés de tomar a matéria como inerte na cadeia do biocapital, passa a questioná-la segundo a ordem de sua agência, sua capacidade de produzir efeitos e de criar associações com agentes/atores³ humanos. A questão que o filósofo coloca, justamente numa recuperação do papel das coisas em Michel Foucault⁴, em sua agentividade, é a de pensar a governamentalidade sob a égide relacional dessas duas formas de materialismo.

Diferente de Lemke, nossa área de atuação é a linguística, a linguística do discurso – esse amplo guarda-chuva em que nos escondemos. Da mesma maneira que ele, porém, permanece entre nossos estudos tanto a insistência em problematizar as materialidades quanto a de tomá-las somente na sua inscrição marxiana – afinal, lugar de viragem para a teoria que professamos, ao menos desde Bakhtin e Pêcheux.

Deste quiprocó ainda em aberto, trataremos aqui de pensar *prescrições de prudência*⁵ para inteligir práticas discursivo-materiais⁶. Não se trata nem de uma reinvenção de um campo nem da pretensão de um corte, mas de uma tomada de posição ético-teórica em direção aos problemas com que hoje nos deparamos. Dessa perspectiva de uma atualidade foucaultiana e de seus arranjos, esta seção coloca em cena a primeira das *prescrições*, a saber: *é preciso interrogar nosso materialismo discursivo e dar a ver aquilo que coloca em funcionamento sua inscrição dupla*, como ensinava Lemke (2016).

2.1 A INVENÇÃO DA LINGUÍSTICA E O PESO DA MATÉRIA

³ Neste trabalho, usaremos agentes e atores como sinônimos. Ainda que saibamos que se são inscrições teóricas distintas, estamos entendendo a distribuição da agência entre humanos e não-humanos, ainda que desigual, o que os coloca como parte da rede de atorização – nos moldes de Latour (1994, 2004).

⁴ Para um debate sobre as coisas e sua agência em Foucault, ver Butturi Junior (2023), no prelo.

⁵ Foucault (2009 [1976]), em *A Vontade de Saber*, orienta sua análise segundo quatro prescrições de prudência para a descrição do funcionamento do dispositivo da sexualidade.

⁶ Trata-se de um pleonasma, já que defenderemos no texto justamente a inscrição materialista de Foucault nos dois sentidos postulados por Lemke (2016). Porém, assim como se afastava e se aproximava dos discursos marxianos, também a materialidade terá variados registros em Foucault. Preferimos, no esforço de “materializar” nossa perspectiva, enfatizar na escrita conceitual a urgência de inclusão.

Desde Saussure e de seu *Curso de Linguística Geral*: há uma dificuldade na linguística em lidar com o conceito de materialidade e uma expulsão das coisas (e dos sujeitos) por sua impossibilidade de formalização – ao gosto do que Bruno Latour (1994) tratará como a purificação da modernidade. Não nos interessa, aqui, tomar Saussure como origem e fundamento da ciência, mas de pensá-lo na positividade que inaugura e que é pautada em cisões como a de conceito e imagem acústica, significado e significante, forma e substância – sendo os últimos elementos dos pares os que se aproximam da matéria, ainda que devidamente circunscrita à combinações numa estrutura abstrata sobredeterminante e fadada à suplementarização, como postulava Derrida (2008 [1967]).

De Saussure, talvez a cantilena mais interessante para os fins deste texto seja a metáfora do jogo de xadrez, de toda forma também cara a Wittgenstein, muito mais afeito às coisas e às suas interações com humanos⁷. Ora, podemos mudar a matéria das peças, mas as regras do xadrez não podem ser alteradas e é esse funcionamento o da língua: um sistema de regras para o qual nem o referente nem a materialidade do referente – a matéria, em Saussure, é uma espécie de idealismo psíquico, como também se sabe.

Essa materialidade negada, mas fantasmática, sofrerá uma série de contestações no século XX, desde aquilo que passou a ser entendido como a linguística. Há duas grandes “escolas” para a discussão do conceito de material e de matéria, numa espécie de *deslocamento* de Saussure: a chamada *Análise do Discurso Francesa*, iniciada na França na década de sessenta do século XX e profícua no Brasil, que tem na materialidade significantes uma questão fundamental, lida segundo as condições materiais de produção do discurso. No limite, a interrogação dirá respeito ao que “[...] a lingüística forclui” (GADET; PÊCHEUX, 2004 [1982], p.19), à sua constituição ambígua que assinalamos antes, com Agamben, e à capacidade da língua de ser política⁸, o que faz invadir, como rasura, a materialidade (à Marx) no campo dos estudos da linguagem, tomada como discurso.

Certamente, essa descrição é esquemática e a AD nem se circunscreve a ela, mormente os textos de Pêcheux. O que queremos assinalar, a um só tempo, é que em sua *A língua Inatingível* – título e mote de pesquisa – a materialidade ainda estará descrita conforme o primeiro sentido de Lemke (2016). É ele, aliás, que percorrerá o *Círculo de Bakhtin*, notadamente no *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 2006 [1929]) e na discussão sobre o que efetiva uma língua, a saber, sua aparição como discurso. A crítica é direcionada, novamente, às ambiguidades de Saussure e ao que ele

⁷ Wittgenstein (2009, p.19) tece sua crítica à ostensão imaginando uma cena em que trabalhadores estão às voltas com coisas: blocos, colunas, laje, vigas Sua primeira definição de jogo de linguagem é relacional e trata de um entrelaçamento entre ações, agentes e linguagem: "Chamarei de 'jogo de linguagem' também a totalidade formada pela linguagem e pelas atividades com as quais ela está entrelaçada".

⁸ “A dificuldade do estudo das línguas naturais provém do fato de que suas marcas sintáticas nelas são essencialmente capazes de deslocamento, de transgressões, de reorganizações. É também a razão pela qual as línguas naturais são capazes de política.” (GADET; PÊCHEUX, 2004 [1982], p.24).

exclui. É também uma assunção do discurso e de seu esforço como descrever o que chama de “realidade material” do signo, que reflete e refrata “numa certa medida, uma outra realidade” (LEMKE, 2016, p.29), exterior a ele.

É esse espaço de tensão entre a língua e seu exterior e na relação de força que o exterior exige – é um poder do exterior em relação à língua – que o campo discursivo se estabelece, desde que mais ou menos atento aos deslocamentos, aos arranjos e às linhas de força que os compósitos pode formar. Todavia, ele não esgota, como queriam nossos materialistas, todas a materialidade e esse não-esgotamento exige, como queria Foucault (2012 [1969]) na *Arqueologia do Saber*, que evoquemos outras séries de análise possíveis.

2.2 DISCURSO E *LIMITROFIA*

A partir dos compósitos, vamos à nossa segunda prescrição de prudência: *a análise do discurso neomaterialista mantém aberta a ambiguidade entre discurso e exterioridade e busca incluir em seu escopo analítico tanto o regime do dizível quanto o regime do visível, na forma de séries distintas mas não estritamente discerníveis e passíveis de descrição no limite de topologias* (COLLIER, 2011). Advogamos, dessa perspectiva, uma *limitrofia*: “[...] o que se avizinha dos limites, mas também os alimenta, se alimenta, se mantém, se cria e se educa, se cultiva nas margens do limite” (DERRIDA, 2002, p. 57). Se Derrida pensa a *limitrofia* para discorrer sobre a cesura radial entre humanos e animais, ele só o faz na condição de pensar o *animot*⁹: aquilo que é a um só tempo um não-humano do mundo, uma invenção e um discurso e que, justamente por isso, põe em xeque uma vontade de separação entre o homem em o Animal, adensada desde o século XVIII e cujas estratégias são variadas no esforço de dar apenas ao homem a linguagem e a agência.

Ora, na discussão sobre o discurso, Foucault não apenas estabelece o nível discursivo e aparta sua diferença em relação à língua, ao ato de fala e a proposição – na devidamente usada definição funcional do enunciado – como, o que queremos enfatizar aqui, usa a palavra *relação* e sua derivada, *correlação* 149 vezes na *Arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2012 [1969]). Dir-se-ia que o texto estava no solo discursivo do estruturalismo e, portanto, era no jogo entre os elementos (em sua relação) que o autor buscava as regularidades – os enunciados, os discursos, o arquivo. Porém, além das possibilidades de relação e de correlação entre os enunciados e os discursos, ele exige como condição exatamente um exterior constitutivo, espécie de indistinção e rasura tomada não como obstáculo, mas como prática. Já em 1969 e no texto que talvez mais tenha se prestado à produção das variadas análises do discurso, o filósofo é peremptório quanto à questão, ao menos duas vezes: o afirmar que o discurso é uma questão política: “[o discurso é] um bem que se coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’) a questão do poder: um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política” (p. 148); ao tratar da prática discursiva: “Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irreduzíveis à língua e

⁹ Um *animal-palavra* (ou uma *palavra-animal*, sempre invadida e rasurada?) poderíamos traduzir literalmente.

ao ato de fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”. (p.60).

Pouco mais tarde – com alguma imprecisão, se tomarmos *A ordem do discurso* (1970) –, como também é de muitos sabido, a genealogia vai adensar essa limitrofia e a relação necessária, na arqueogenealogia então formulada, entre o discursivo e o não-discursivo, no conceito de dispositivo, defendido justamente na viragem biopolítica (que pretendemos açambarcar), entre 1976 e 1977 (entrevista à *International Psychoanalytical Association*, em 1977, grifos nossos): “[...] **conjunto decididamente heterogêneo**”, **“discursivos ou não”**, que se estabelece em jogos históricos e têm como “[...] função principal responder a uma urgência”. (FOUCAULT, 2009b, p.244)

Novamente, estamos aqui fazendo um corte na discussão de Foucault¹⁰, naquilo que ele instaura como ponto nevrálgico de suas pesquisas sobre técnicas, tecnologias, corporalidades, ferramentas, coisas, estratégias. No sentido de pensar essa *limitrofia*, é digno de nota que, ao menos nos últimos vinte anos, ganha importância a leitura dos textos de Michel Foucault por lentes deleuzianas. Isso aconteceu, aliás, desde o próprio Deleuze: diretamente, em ao menos dois textos – *o Foucault*, de 1986, onde se estabeleceu uma contaminação entre o visível e o dizível; o breve *Post-scriptum sobre as sociedades do controle*, de 1990 (DELEUZE, 1992), onde se levou ao paroxismo a leitura das disciplinas numa sociedade, digamos livremente, pós-industrial.

Parece-nos, pois, que aquilo que aparece em Haraway (1994 [1985]), Lazaratto (2006) ou em Preciado (2008) e que diz respeito à uma viragem acerca tanto do conceito de vida com que operava a arqueogenealogia quanto de pensar os efeitos (de discurso e de coisa, de que falaremos a seguir) das associações entre técnicas, tecnologias, corpos, linguagem. Em Butturi Junior (2019) e Camozzato (2022), foi a partir do conceito de *tecnobiodiscursivo* e *biotecnovoz*, respectivamente, que nos aproximamos dessa ampliação-límitrofe em direção de uma assunção da biopolítica desde que generificada, racializada, toponomizada e tecnodiscursivizada. Dito de outra forma, o que estava em xeque era mesmo a distinção aristotélica entre bios e zoé e certo comprometimento da teoria com uma natureza pouco inventiva e pouco agencial para pensar a *zoé* (HARAWAY, 2022).

Como um parêntese, isso exige imaginar uma *terceira prescrição* para nossa empreitada discursivo-neomaterialista, dirigida aos corpora analíticos: *a descrição de regularidades demanda a relação com a exterioridade mas, de modo circunscrito, diz respeito aos corpora tecnobiopolíticos naquilo que produzem como exceção e como resistência. Decorre daí que, de nossa perspectiva, são esses corpora – e, com Agamben (2010 [1995])¹¹, marquemos o papel dos sentidos corporificados – densamente políticos e*

¹⁰ Para uma discussão sobre o discursivo e o não-discursivo, a biopolítica e os dispositivos, ver Butturi Junior (2019, 2020a, 2020b).

¹¹ Agamben (2010 [1995], p. 121) aponta que o *habeas corpus*, instituído em 1679, criava um novo sujeito político, justamente na ambiguidade entre uma pura natureza, o corpo marcado no conceito e no enunciado

interseccionais, que estão a exigir níveis diversos de análise e níveis variados de relação e correlação.

Fechamos o parêntese e vamos à tal leitura deleuziana de Foucault. Deleuze (2005 [1986]) insiste que a arqueogenealogia é uma teoria das multiplicidades e que há, desde a *Arqueologia do Saber*, uma filosofia política em Foucault. Ele insiste no papel que as relações têm no trajeto foucaultiano e na produção do conceito de enunciado como *limitrofia*. Dessas relações, extrai um primeiro problema: há relações entre enunciados (os espaços correlativos e colaterais) e há relações complementares. Ora, essas últimas dizem respeito às formações não-discursivas e colocam as estratégias políticas no centro do litígio teórico.

Ocorre que Deleuze é, entre muitas outras coisas – exageremos neste caso –, um “hjelmsleviano”¹². *Origem obriga*, é preciso que não tomemos isso como uma característica qualquer. Nos seus *Prolegômenos...*, Hjelmslev (1975) defende ao menos dois pontos centrais para o que Deleuze fará e para o que fará em sua leitura de Foucault: primeiro, a relação de dependência como função que tem papel e lugar particular em um jogo – e daí o papel dos functivos ao relacionar objetos díspares em relações múltiplas; segundo, o tratamento do signo saussureano tanto na expressão quanto no conteúdo, reunidos necessariamente e inscritos como forma e substância. Como Barthes (2006 [1964], p. 43) deixa claro, se o signo semiológico tem dois planos, expressão e conteúdo, ambos planos são bipartidos em dois estratos: a forma e a substância. Enquanto a forma trata daquilo que pode ser “descrito exaustiva[mente]”, a substância não pode ser descrita “sem recorrermos a premissas extralingüísticas”.

Em Deleuze, esses functivos vão perfazer dois regimes, o de visibilidade e o de dizibilidade, sempre presentes na arqueogenealogia de Foucault. Um problema de limites, porém, se coloca, porque não se trata jamais de conjunção, mas de produção de rizomas e de linhas – o que acarreta justamente a multiplicidade das análises de Foucault – segundo a ordem do quadrilátero (as combinações funcionais de dizível e visível nos planos da forma e da substância) que não pode redundar numa unidade, mas sempre na multiplicidade das linhas em fuga:

A conjunção é impossível por duas razões: o enunciado tem seu próprio objeto correlativo, que não é uma proposição a designar um estado de coisas ou um objeto visível, como desejaria a lógica; mas o visível não é tampouco um sentido mudo, um significado de força que se atualizaria na linguagem, como desejaria a fenomenologia. (DELEUZE (2005 [1986], p. 73).

Deleuze (2005 [1986]) faz a distinção entre o estratificado e o não-estratificado e conclui que ambos estão presentes desde *A História da Loucura*, ocupando, entretanto, forças estratégicas diferentes. Assim, enquanto o mais estratificado tem preponderância na *Arqueologia* (digamos, o dizível), em *Vigiar e Punir* (2013 [1975]) e *A Vontade de Saber* o campo passa a ser “dominado” pelo poder. Notemos, em todos os casos, que “[...] somos

da lei, e o sujeito da ordem da bios, que afinal deveria ser defendido: “Corpus é um ser bifronte, portador tanto da sujeição ao poder soberano quanto das liberdades individuais”

¹² Ver, por exemplo, Deleuze e Guattari (1995 [1980]), notadamente o texto *20 de novembro de 1923 - Postulados da Lingüística*.

forçados a partir de palavras” (p.28), mas desde que elas sejam possíveis por uma multiplicidade de relações e sejam constitutivas no limite que guardam entre arquiteturas, leis, corpos, instituições etc. A esse arranjo de multiplicidades o próprio Foucault deu nome, retomando por Deleuze: o diagrama. O diagrama é uma máquina heterogênea que justamente tem como efeito assumir a limitrofia e abandonar a bifurcação.

Essa limitrofia, como assunção do caráter diagramático que aqui pretendemos defender, diz respeito, ainda, às topologias com que nos debatemos atualmente. Estamos com isso na segunda acepção deleuziana do controle e, nessa esteira, junto ao esforço de pensar em topologias governamentais (COLLIER, 2011) na modalidade das sociedades do controle (DELEUZE, 1992). Novamente, é preciso apontar que o texto de Deleuze e seu debate com Foucault merecem atenção que aqui não pode ser dada. No entanto, no que cabe à nosso esforço de problematização de uma análise do discurso neomaterialista: o deslocamentos de uma sociedade analógica da disciplina para uma sociedade de controlatos numéricos – considerando a imprecisão da tradução, poderíamos dizer “digitais”. Na nova arquitetura, aparecem os individuais e suas relações cifradas, sempre hifenizadas com as máquinas digitais.

Não é preciso de muito esforço para, então, circunscrever as análises não a grandes blocos de dominância, como “o dispositivo neoliberal”, mas, como Collier (2011) e Deleuze (1992), mas, eis uma *quarta prescrição de prudência, investigar os dispositivos de governo da atualidade em seu caráter topológico e disjuntivo* – o que permite entender oxímoros caros aos dias de hoje, como o de um “neoliberalismo cristão conservador” (BUTTURI JUNIOR; CAMOZZATO; SILVA, 2021).

3 ASSOCIAÇÕES, AGÊNCIAS, ASSEMBLAGES

Depois de apontada a *limitrofia*, cabe a nós atentar para o tipo de relação que pretendemos problematizar numa análise neomaterialista do discurso. Parece importante, neste momento, indicar um solo político-epistemológico da discussão que sugerimos e que relaciona um estar no mundo no Antropoceno, nossa limitrofia (defendida na seção precedente) e o papel do neomaterialismo na investigação de discursos e dispositivos. Lemos e Bitencourt (2017), nos seus *Sete Pontos para compreender o neomaterialismo*, apontam para as seguintes questões-chave:

1. A virada neomaterialista não é novidade, não é homogênea.
2. Não se trata de tecnocentrismo, justamente porque se trata de um pensamento gendrado, racializado e cujo cerne é a viragem antropocênica.
3. Não se trata de excluir o humano, mas de colocar em xeque a categoria universal e pensá-la em associações.
4. Há sempre vinculação material e é sempre uma pragmática – que aqui tomaremos nos termos descritos em Deleuze e sua leitura de Foucault, como escrevemos na seção precedente.
5. Coloca as técnicas como condição para entender humanos e suas associações.
6. Exige novas epistemologias.
7. É propositiva.

Diante dessas exigências e dessa invenção neomaterial, passamos a descrever três modelos que se estabelecem nas associações, nas incorporações e na intra-ação como condição de toda relação.

3.1 AS ASSOCIAÇÕES E A AGÊNCIA DOS NÃO-HUMANOS NO ANTROPOCENO

Em *Jamais fomos modernos* (1994), Bruno Latour colocava em xeque a narrativa autotélica e especializada da modernidade, o que chamava de seu “trabalho de purificação” que insistia em separar política, linguagem e ciência. Assim como fazia Haraway (ver adiante), tratava-se de colocar no jogo dos saberes uma teoria dos híbridos e seus efeitos sobre os limites e fronteiras supostas pela modernidade : mundo natural (investigado pela ciência), sociedade (tarefa da sociologia) e discurso (área dos linguistas) e o trabalho de tradução

Da falência dos campos isolados, aparecia a exigência de simetria e redes – redes de tradução que operam entre o social, a natureza e o discurso: “[...] as redes são a um só tempo reais como a natureza, narradas como o discurso, coletivas como a sociedade” (p. 15). Redes, desde onde estamos discorrendo aqui, são como diagramas e exigem tanto conexões entre discurso, técnica e práticas sociais quanto um regime de associações que tiram do humano (em contestação, afinal, em suas premissas ontológicas) a exclusividade agencial e funcionam como coletivos de humanos e não-humanos. Para Latour (1994, p.194), “estender a democracia às coisas” era a tarefa política que se impunha.

É interessante, nesse ponto, retomar Derrida (2022), que pressupõe a incomensurabilidade entre humanos e não-humanos, ainda que critique de modo peremptório nossa invenção do Animal. Em Latour (2004), a própria constituição de uma res pública liga as palavras e as coisas e os esforços de passivização do não-humano (e de produção de negativos em relação à passividade, diríamos nós) redundaram num fracasso e num problema. Ora, ao invés de colocar o sujeito no centro da teoria, ele oferece as associações entre atores que tem fala e atores que não tem fala como ponto de partida.

Se comparados à distinção grega entre o logos e a phoné e sua filosofia política de produção de sujeito pela exceção de um dispositivo também linguístico (BUTTURI JUNIOR, 2019), ao menos dois efeitos metodológicos entram em ação: o de se colocar em xeque a linguagem como ponto de inteligibilidade e o de pensar coletivos com actantes em proliferação: “Não há nada mais simples do que aumentar a lista de actantes, ainda que nunca se possa gerir as relações entre objetos e atores sociais, quaisquer que sejam as piruetas dialéticas que se acreditam bastante flexíveis para efetuar” (LATOUR, 2004, p. 144).

É da perspectiva das associações como assemblages, em que atores humanos e não-humanos produzem vértices e relações de força, de acordo com uma distribuição sempre circunscrita de agência. As associações se materializam no discurso, mas não apenas nele. Eis uma quinta prescrição de prudência.

3.2 UMA TEORIA INCORPORADA, NÃO INOCENTE E TERRÁQUEA

Chegamos às contribuições oferecidas pela trajetória teórica de Donna Haraway, fundamental para o realismo agencial de Karen Barad, de que trataremos a seguir, e pelo tratamento dado à simbiose (HARAWAY, 2016) entre discursividades, semioses e materialidades – um conglomerado, em suma. Ainda que Haraway não se denomine uma neomaterialista – à revelia do salto qualitativo que propõe à materialidade em relação, por exemplo, à teoria marxiana, a qual também se filia – e tenha, em suas últimas publicações (HARAWAY, 2016) ironizado a adesão idealista ao pós-humanismo, epistemologicamente a autora pode ser tomada como um ponto de emergência de ambas as correntes.

Já na década de 1980, ao reivindicar uma outra visada para o que se tem por objetividade em ciência, solicitando concepções mais parciais, responsáveis, corporificadas, em rede e locais que neutras e universais, Haraway (2006 [1988]) sofisticava o conceito de agência, atribuindo-a à localidade e corporeidade de quem executa a pesquisa, mas também aos objetos estudados: “De fato, levar em conta a agência dos ‘objetos’ estudados é a única maneira de evitar erros grosseiros e conhecimentos equivocados de vários tipos nessas ciências”. (HARAWAY, 2006 [1988], p.36). Há que se marcar que no gesto de indicar que os objetos estudados possuem agência e que esta agência interfere nas possibilidades de produção de conhecimento, a autora cria como efeito uma desestabilização da supremacia do sujeito diante do objeto – discussão que, antes, teve espaço em áreas tão distintas quanto a física e a fenomenologia.

Ainda na década de 1980, Haraway (2020 [1990]) mobiliza a figura do ciborgue que, no seu manifesto, passa de ícone tecnológico da corrida espacial e da guerra fria a tropo feminista que desafia a oposição entre *self* e mundo, desfazendo a oposição natureza x cultura – uma criatura ambígua simultaneamente natural e fabricada. Subjaz ao tropo do ciborgue uma nova passagem, dessa feita em termos de analítica do poder, que vai da biopolítica para a tecnobiopolítica solicitada por Haraway. Para ela, a biopolítica era um conceito insuficiente, ainda que o tenha assumido e o expandido.

O queremos destacar, ademais, nas quebras de fronteiras entre humano e animal, animal humano e máquina, e físico e não físico, é o outro estatuto oferecido à materialidade do corpo em um regime subjetivo que se quer não dualista, ou seja, um regime subjetivo em que uma série de barreiras ontológicas foram suspensas. Nessa suspensão de barreiras, faz-se premente uma nova responsabilidade: se com a transformação das tecnologias, deu-se a transformação da materialidade do corpo, também a “natureza” – aqui pensada não como o paraíso idílico a se retornar, mas algo sempre em vias de fazer-se – transformou-se em sua contingência histórica.

É justamente o caráter processual e enredado da “natureza” ou da vida na Terra que Haraway (2008) mobiliza a partir do conceito de espécies companheiras (*companion species*), que traçou para dizer simultaneamente da condição ontológica de enredamento entre seres vivos terráqueos – devir com interespecie – e da alteridade significativa e interdependência que ensejariam nossa irremediável responsabilidade uns com os outros, humanos ou não humanos, para florescimento e perpetuação da vida na Terra.

Esse conceito de espécies companheiras dirá de relações que animais humanos e não-humanos estabelecem entre si, mas acusará, sobretudo, os implacáveis entrelaçamentos entre humanos, animais e outros organismos/criaturas, tecnologias e tecnobiopoderes. Esses entrelaçamentos, para Haraway constitutivos da possibilidade mesma de existência

de algo como a vida, são, por outro lado, também perigosos, solicitando uma mirada não inocente, dado que redundarão em relações de vida e de morte.

Finalizando esta breve incursão por Donna Haraway, é diante de questões como um planeta assolado pelo Antropoceno/Capitaloceno/Plantationceno – este último uma denominação geológica proposta pela bióloga considerando as mudanças em escala geológica que datam da empreitada colonial europeia –, a sua premente demanda por revitalização, as relações que dirão quem vive e quem morre e a que custo na Terra, o luto necessário das espécies que estão desaparecendo diariamente e temas como a hiperpopulação humana e a justiça reprodutiva, que a autora (HARAWAY, 2016) propõe “ficar com o problema”, ou seja, o fomento a habilidades responsivas que sustentem a complexidade materialdiscursiva da vida no planeta e que estejam a par da não separabilidade ontológica entre cultura e natureza para fabular outras temporalidades – ela o fará com o Chtuhuluceno – circularmente voltadas para o presente e para o futuro, imaginando-se, portanto, outros tempos e espaços constituídos por alianças responsáveis com o bem viver e o bem morrer na Terra.

As habilidades responsivas para revitalizar uma Terra devastada, a premissa de que materialidades, semioses e discursividades operam de modo simbiótico, bem como o fazem as espécies, em complexas relações interespecies, levam-nos à *sexta prescrição de prudência: a análise do discurso aqui concebida assume a interpenetração entre tecnológico e orgânico sob a forma de uma tecnobiopolítica que cinde não apenas modalidades humanas de vida, e, para isso, lança mão de análises sempre parciais, locais, em rede e não-inocentes, uma vez que nelas sempre estarão implicadas as perigosas relações de vida e de morte na Terra.*

3.3 UM OUTRO MATERIALISMO

Dada os aportes neomaterialistas reivindicados nessa tomada à análise do discurso, é pertinente determo-nos na ético-onto-epistemologia sugerida por Karen Barad sob a alcunha de realismo agencial. Por sua relevância para os prolegômeros aqui ensaiado, restringiremo-nos, neste momento, ao breve artigo *Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria* (BARAD, 2017 [2011]), especialmente naquilo que dirá sobre linguagem, sobre agência e sobre discursividade da matéria. Vejamos.

Mesmo que Barad esteja, no citado artigo, esboçando uma mirada à língua(gem) carente de maiores elaborações – parece compreende-la em termos estritos de *relata* entre palavras e coisas – há que se recuperar o chamado que a autora faz às humanidades no que tange à atribuição de agência apenas à linguagem e à cultura: “Por que à linguagem e à cultura são concedidas agência e historicidade próprias enquanto a matéria é caracterizada como passiva e imutável, ou, quando melhor, como herdeira de um potencial de mudança derivada da linguagem e da cultura?” (BARAD, 2017 [2011], p. 8).

Ora, a agência mobilizada por Barad não dirá de um atributo do sujeito e não será uma propriedade individual, aquilo que algo ou alguém possui, mas corresponderá a ação e produção de efeitos e fenômenos, um dinamismo que redundará no “contínuo reconfigurar do mundo” (BARAD, 2017 [2011], p. 22). Para compreender que espécie de agência – ação e produção de efeitos nos devires do mundo – está sendo reivindicada

aqui, há que se ter em conta, as unidades do realismo agencial, ou seja, os fenômenos intra-ativos.

Os fenômenos intra-ativos sugeridos por Barad suplantam a noção de “coisas”, “corpos”, “organismos”, “objetos” isolados, cujas fronteiras estão estabelecidas por si, para pensar a mundialização (*worlding*) como uma *assemblage* intra-ativa definida justamente em sua relacionalidade. Intra-ação, aqui suplanta a noção de interação, uma vez que nenhum elemento de uma relação é prévio em relação ao outro e as fronteiras de um fenômeno se definirão de modo dinâmico e local.

Chegamos ao discurso: intra-ativa será a relação entre práticas discursivas e fenômenos materiais, no sentido de que, para Barad “Nem as práticas discursivas nem os fenômenos materiais são ontológica ou epistemologicamente prévios. Nenhum pode ser explicado nos termos do outro. Nenhum tem status privilegiado para delimitar o outro” (BARAD, 2017 [2011], p. 26). É desse modo que, aqui, a linguagem não conforma a matéria uma vez que não há de um lado a linguagem, o discurso e o conhecimento e, de outro, as “coisas” e os “objetos”, como ontologicamente distintos. Trata-se de um emaranhado discursivo-material, em que um não é exterior ao outro.

Esse vínculo constitutivo/intra-ativo da relação entre práticas discursivas e matéria postulará a possibilidade de uma discursividade pós-humanista da matéria, uma noção de discurso ampliada

Matéria [...] não é uma entidade estática ou individualmente articulada. Matéria não é pequenas porções da natureza, uma tábula rasa, superfície ou espaço em branco passivamente aguardando a significação; nem é um chão incontestado para teorias científicas; feministas ou marxistas. A matéria não é suporte, referente ou fonte de viabilidade para o discurso [...] não é imutável ou passiva. A matéria já é desde sempre uma historicidade em curso. (BARAD, 2011 [2017], p. 25)

Considerando-o, no solo neomaterialista de Barad, formulamos nossa sexta prescrição – que assumirá a possibilidade de uma discursividade intra-ativa matéria. suas exclusões, forclusões, mas também condições de possibilidade – o que Bennett (2010) chamaria de poder da coisa (power-thing) – e sua ação naquilo que conhecemos como gênero, espécie, espaço, conhecimento, subjetividade e temporalidade.

Há que se notar que a reivindicada “discursividade da matéria” conseqüentemente nos remeterá a outra região que aquela que cindiu “discursivo” e “não-discursivo” deflagrada (FOUCAULT, 2009b)¹³. Temos, então, uma noção dilatada de discursividade não-humanista, não antropocêntrica que compreenderá a linguagem, o sujeito, mas também a matéria e os fenômenos intra-ativos.

4 ENTÃO, UMA ANÁLISE NEOMATERIALISTA DO DISCURSO?

¹³ A crítica de Barad a Foucault é, por vezes, lacunar. Infelizmente, não cabe aqui retomá-la, tarefa que já nos colocamos para outros escritos.

Como afirmamos na introdução deste capítulo, além da LA de Pennycook, duas propostas de materialismo que aparecem no campo dos estudos do discurso: na Análise Crítica do Discurso, que coloca o problema da relação entre semiose e realismo, via Roy Bhaskar (FAIRCLOUGH; JESSOP; SAYERS, 2016); a proposta da Paveau (2017) de análise do digital como uma “ecologia dos discursos”.

Gostaríamos, brevemente, de tomar a segunda como ponto de aproximação. Segundo Paveau (2021 [2017], p.159):

Essa perspectiva teórica está assentada na ideia de que os discursos são constitutivamente integrados a seus contextos e não podem ser analisados a partir da matéria linguageira, mas sim como compósitos, que integram o linguageiro e o tecnológico, e igualmente o cultural, o social, o político, o ético, etc. (PAVEAU, 2021, p.159)

Da ecologia proposta de Paveau decorrem duas consequências axiais: a posição de desconfiança diante do dualismo humano e não-humano; a assunção da abordagem simétrica de Latour. Todavia, a questão que suscita esses deslocamentos é a do digital: “[...] particularmente necessária para analisar os discursos digitais nativos”(p.159).

Não obstante o solo compartilhado, marcamos dois pontos de divergência da nossa proposta de uma análise neomaterialista: i) os deslocamentos que aqui descrevemos não se reduzem ao digital, mas nele encontram, talvez, seu epitome. Dito de outro modo, as associações, as agências e a limitrofia são caros a quaisquer objetos, online ou offline, na medida em que até mesmo os critérios dessa definição sejam cada vez mais problemáticas – como, aliás, mostra Paveau (2017, 2021); ii) a tomada político-ética da teoria diz respeito, em nossa empreitada – e como já dissemos – a dar inteligibilidade a regimes de exceção biopolíticos, tecnobiopolíticos e, no limite, tecnobiodiscursivos. É o problema de uma exceção que se marca na intra-ação de corpos subalternizados (de humanos e não-humanos) que sustenta e justifica o que aqui propomos.

Por fim, o problema da agência nas associações limítrofes nos coloca o problema dos efeitos de sentido, caros à AD. Ora, se a positividade dos discursos, desde Foucault (2012 [1969]), diz respeito seu caráter agencial – produção de efeitos – e se estamos aqui advogando que há uma distribuição da agência que deve ser considerada – produção de efeitos –, é mister pensarmos em “efeitos”. Isso evita que nos coloquemos conceitos ainda demasiado incertos, como os efeitos de coisa-sentido, ainda que eles possam a se estabelecer em discussões futuras. Aqui, cabe apenas marcar o espaço de uma hibridização necessária.

Encerramos o capítulo sugerindo a leitura de nossos esforços analíticos (BUTTURI JUNIOR, 2019; BUTTTURI JUNIOR; CAMOZZATO, 2020; BUTTURI JUNIOR; LARA, 2021; CAMOZZATO, 2022, 2022a, 2022b). Nessas análises é que podemos materializar – palavra oportuna – essa análise neomaterialista de cujos prolegômenos nos ocupamos, como uma posição epistemológico-política que diz respeito à tecnobiopolítica e aos regimes de cisão entre modalidades de vida e tecnovida que merecem ou não estar vivas ou em associação.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. 2.ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010 [1998].
- BAKHTIN, M. [VOLOSHINOV]. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARAD, K. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. Trad. Thereza Rocha. *Vazantes*. v.1, n.1, 2017 [2011].
- BARTHES, R. *Elementos de semiologia*. Trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006 [1964].
- BENNETT, J. *Vibrant Matter - A Political Ecology of Things*. Londres: Duke University Press, 2010.
- BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. 2.ed. Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marque da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BUTLER, J. *O clamor de Antígona: parentesco entre a vida e a morte*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. Trad. Verônica Daminelli e Daniel Yago Françaoli. São Paulo: n-1, Crocodilo, 2019 [1996].
- BUTTURI JUNIOR, A. Michel Foucault e as coisas sem paz. In: BUTTURI JUNIOR, A.; FERNANDES, C.; BRAGA, S. *Cartografias do contemporâneo: as crises de governamentalidade*. Campinas: Pontes, 2023. [no prelo]
- BUTTURI JUNIOR, A. O hiv, o ciborgue, o tecnobiodiscursivo. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 58, p. 637-657, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/kgpnjbsdxvskhpbldc3fbp/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2022.
- BUTTURI JUNIOR, A. Uma filosofia política na dispersão: as formações discursivas e o não-discursivo. In: BARONAS, R. L. *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020a. p.210-234.
- BUTTURI JUNIOR, A. A polivalência tática como teoria da resistência em Michel Foucault. In: BRAGA, A.; SÁ, I. de (org.). *Por uma microfísica das resistências: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade*. 1Campinas: Pontes, 2020b. p. 21-46.
- BUTTURI JUNIOR, A.; CAMOZZATO, N. M. A PrEP, o HIV e as táticas de desobediência. *Fórum Linguístico*, v. 18, p. 6332-6350, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/79952>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BUTTURI JUNIOR, A. LARA, C. DE A. O dispositivo crônico da aids e os discursos da soropositividade: uma análise dos enunciados de mulheres brasileiras e portuguesas. *Revista da Anpoll – Para uma análise foucaultiana dos discursos*, Florianópolis, v.53, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1735>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BUTTURI JUNIOR, A.; CAMOZZATO, N. M. ; SILVA, B. F. Uma monstruosidade linguístico-moral: os discursos sobre a linguagem neutra nos projetos de lei do Brasil. *Calidoscopio*, v. 20, p. 323-350, 2022. Disponível em: <https://revistas.unisinus.br/index.php/calidoscopio/article/view/24588/60749354>. Acesso em: 5 jan. 2023.

CAMOZZATO, N. M. Biotecnovoz e gênero-dissonância: a voz e o discurso no realismo agencial. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 8335-8350, jul./set. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2022.e91142> Acesso em: 10 dez. 2022.

CAMOZZATO, N. M. *Vozes gênero-dissonantes: uma cartografia pós-humanista*. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2022a.

CAMOZZATO, N. M. O perdigoto e o Sars-Cov-2: a voz em mundos pós-humanos. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 44, n.1, 2022b. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v44i1.58769>. Acesso em: 10 dez. 2022.

COLLIER, S. J. Topologias de poder a análise de Foucault sobre o governo político para além da “governamentalidade”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.5, p. 252-284, 2011.

DAVIS, N. New Materialism and Feminism's Anti-Biologism: A Response to Sara Ahmed. *European Journal of Women's Studies*, n. 16, p.67-79, 2009.

DELEUZE, G. *Foucault*. Trad. Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005 [1986].

DELEUZE, G. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart, Rio de Janeiro: Ed.34, 1992 [1990].

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*, v.2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995a [1980].

DERRIDA, J. *O animal que logo sou* (a seguir). Trad. Fábio Landa. São Paulo: Editora da UNESP, 2022.

DERRIDA, J. *Gramatologia*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008 [1967].

- DIDEROT, D. *Jóias indiscretas*. Trad. Eduardo Brandão. Rio de Janeiro, Global Editora, 1988? [1748].
- FAIRCLOUGH, N.; JESSOP, B.; SAYER, A. Realismo crítico e semione. Tradução de Gabriel Valdez Foschaches. *Revista Letra Capital*, v. 1, n. 1, , p.43-69, jan./jun. 2016.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012 [1969].
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 19.ed. Trad. Maria Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2009.
- FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 27. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2009b. p. 243-276.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Trad. Raquel Ramallete. 41.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013 [1975].
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004 [1982].
- HARAWAY, D. J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, T (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1994 [1985]. p.243-288.
- HARAWAY, D. J. *Ficar com o Problema*, de Donna Haraway. Entrevista a Helen Torres, maio 2020. Trad.: Ana Luiza Braga, Carolina Betemps, Cristina Ribas, Damián Cabrera e Guilher Altmayer. *Pandemia Crítica* n-1. 2020. Disponível em: <https://n-ledicoes.org/137>. Acesso em: 2 jul. 2020.
- HARAWAY, D. J. *Staying with the Problem: Making Kin in the Chthulucene* Durham: Duke University Press, 2016.
- HARAWAY, D. J. *When Species Meet*. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 2008.
- HARAWAY, D. J. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 5, p. 7-41. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- HARAWAY, D. J. *O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Trad. Pê Moreira. São Paulo: Bazar do Tempo, 2021.
- HARAWAY, D. J. The Promises of Monsters: A Regenerative Politics of Inappropriat/d Others. In: GROSSBERG, L.; NELSON, C.; TREICHELER, P. *Cultural Studies*. Routledge, 1991.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1975 [1971].

LATOUR, B. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Trad. Carlos Aurélio Mota de Souza,. Bauru: EDUSC, 2004.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaios sobre antropologia simétrica*. Trad. Carlos Irineu da Costa: Rio de Janeiro: Edições 34, 1994.

LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEMO, A.; BITENCOURT. E. *Sete Pontos para compreender o neomaterialismo*. São Paulo, Galáxia, n. 46, p.1-10, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/jBTHCqOdFnQpBKhV67W9qyy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2022.

LEMKE, T. Rethinking biopolitics: The new materialism and the politics economy of life. In: WILME, S. E.; ŽUKAUSKAITĖ, A. (ed.). *Resisting biopolitics: philosophical, political, and performative strategies*. Londres: Routledge, 2016. p.57-73.

PAVEAU, M.-A. *L'analyse du discours numérique: dictionnaire des formes et des pratiques*. Paris : Hermann Éditeurs, 2017.

PAVEAU, M.-A. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Organizadores : Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. Campinas, SP : Pontes Editores, 2021.

PENNYCOOK, A. *Posthumanist Applied Linguistics*. London: Routledge, 2018.

PRECIADO, P. B. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa, 2008.

VOLOSHINOV. M. MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM. São Paulo: Hucitec, 2006 [1929].

SERAFINELLI, E. *Digital life on Instagram: new social communications of photography*. Bingley: Emerald, 2018.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.